

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 02 Março – Abril 2025

Índice

03	Projeto Raízes da Cidadania chega a mais nove municípios das regiões sul e extremo-sul da Bahia
04	MPBA apresenta Milênio Mobile em mostra nacional de tecnologia do CNMP
05	MPBA participa de reunião executiva do Projeto Sede de Aprender
06	Parceria entre MPBA e Unicef fortalecerá combate à evasão escolar na Bahia
07	Ação simultânea do MPBA detecta problemas em unidades de ensino e de saúde na capital e interior do estado
08	STF mantém inconstitucionalidade de lei do DF que criava ensino domiciliar
09	TCU aponta má gestão pelos municípios de vagas em creches e falta de planos de expansão
10	Censo 2024: matrículas em tempo integral passam de 18% para 23%
11	Ações de suporte jurídico e pedagógico às promotorias
12	Leis e decisões na educação

Projeto Raízes da Cidadania chega a mais nove municípios das regiões sul e extremo-sul da Bahia



O Projeto Raízes da Cidadania, desenvolvido pelo MPBA em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi expandido para nove novos municípios das regiões sul e extremo-sul da Bahia: Apuarema, Guaratinga, Itapebi, Itapitanga, Ituberá, Mascote, Medeiros Neto, Teolândia e Ubatã. Com duração prevista de dois anos, o projeto tem como objetivo reverter indicadores sociais frágeis em diversas áreas.

A educação é uma das áreas mais sensíveis identificadas nas visitas técnicas. Em Apuarema, por exemplo, a evasão escolar no ensino fundamental aumentou significativamente: de 5,4% em 2021 para 8% em 2023, segundo dados do Inep. Isso evidencia a urgência de ações voltadas à permanência dos estudantes nas escolas e à melhoria das condições de ensino.

Além disso, as visitas incluem a avaliação de infraestrutura escolar, transporte de alunos, qualidade pedagógica e condições de trabalho de educadores, fundamentais para promover mudanças reais na aprendizagem.

Durante a atuação do projeto, as escolas públicas serão mapeadas e avaliadas, com o objetivo de construir propostas de políticas públicas que enfrentem diretamente os desafios educacionais nos territórios mais vulneráveis.

Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Notícia 1](#) ; [Notícia 2](#).



MPBA apresenta Milênio Mobile em mostra nacional de tecnologia do CNMP



O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) participou da IX Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia do CNMP, realizada no dia 12 de março, no MP do Ceará, durante o 9º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos e Tribunais de Contas (Enastic).

Entre as quatro iniciativas apresentadas pelo MPBA, destacamos o Milênio Mobile, ferramenta desenvolvida no âmbito do Projeto Saúde + Educação para aprimorar o registro, acesso e gestão de informações nas ações integradas dessas áreas.

Apresentado pela promotora de Justiça Jéssica Camille Goulart Tojal e pelo diretor de TI Yuri Gonzalez, o aplicativo está disponível na Play Store para Android e permite coleta e análise de dados de forma ágil e eficiente, fortalecendo a atuação estratégica do Ministério Público em saúde e educação.

Além do Milênio Mobile, também foram apresentadas as iniciativas “Terra Protegida”, “Fratéria” e “Automatize-se”, voltadas ao combate ao desmatamento, repressão ao tráfico e automação institucional, respectivamente.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado) [Leia na íntegra](#)



MPBA participa de reunião executiva do Projeto Sede de Aprender



Durante reunião realizada no CNMP, em Brasília, 19/03, unidades e ramos do Ministério Público de todo o país formalizaram a adesão ao acordo de cooperação técnica do [Projeto Sede de Aprender](#), que visa garantir acesso à água potável e saneamento básico nas escolas brasileiras.

Representando o Ministério Público da Bahia, esteve presente o promotor de Justiça e coordenador do CEDUC Adriano Marques. A iniciativa, desenvolvida pelo MP de Alagoas em parceria com o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), IRB (Instituto Rui Barbosa) e Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), já reduziu em 70% o número de escolas sem água potável em Alagoas. A meta agora é replicar essa transformação em âmbito nacional. A reunião também definiu estratégias como a formação de subgrupos de trabalho, a realização de uma semana nacional de fiscalização entre os dias 2 e 6 de junho, e a finalização de um painel interativo com dados sobre o saneamento nas escolas.

Fonte: Imprensa CNMP(texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

Parceria entre MPBA e Unicef fortalecerá combate à evasão escolar na Bahia



O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) firmaram, em 23 de abril, um memorando de entendimentos para promover ações de combate à exclusão e evasão escolar nos 417 municípios baianos. A iniciativa prevê a implementação do [Busca Ativa Escolar](#), que tem como objetivo identificar, acompanhar e reintegrar crianças e adolescentes fora da escola.

A parceria aposta em uma atuação intersetorial — envolvendo educação, saúde e assistência social — e será apoiada pela experiência técnica do Unicef e pela capilaridade do MP. Entre as ações previstas estão a mobilização dos municípios, o fortalecimento da rede de proteção social, a escuta ativa dos estudantes e a formação técnica de gestores.



O procurador-geral de Justiça, Pedro Maia, destacou a importância da educação como instrumento de transformação social e lembrou que a evasão escolar já é enfrentada por meio do projeto “Raízes da Cidadania”. Já Helena Oliveira, coordenadora do Unicef em Salvador, reforçou o compromisso da organização com a pauta da educação e anunciou o lançamento da nova edição do Selo Unicef, que reforça o compromisso com os direitos da infância e adolescência.

Fonte: Imprensa MPBA [Leia na íntegra](#)

Ação simultânea do MPBA detecta problemas em unidades de ensino e de saúde na capital e interior do estado



Em mais uma edição do **Programa Saúde + Educação: Transformando o Novo Milênio**, o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) realizou, no dia 10 de abril, uma ação simultânea que vistoriou escolas e unidades de saúde na capital e no interior do estado. A iniciativa contou com a participação de promotores de Justiça e equipes técnicas, que percorreram diversas localidades com o objetivo de verificar as condições estruturais e de funcionamento desses equipamentos públicos.

Durante as inspeções em unidades escolares da capital, foram identificadas irregularidades como superlotação, salas sem ventilação adequada, ausência de acessibilidade, cozinhas sem condições ideais de funcionamento e estudantes realizando refeições em locais improvisados. Em Salvador, os promotores de Justiça da área da Educação Valmiro Macêdo, Adelina Bastos e Thiago Quadros participaram ativamente das vistorias.

A equipe do Ceduc realizou inspeções em sete unidades de ensino no município de Salvador, reforçando o compromisso com a promoção de uma educação pública de qualidade. As visitas abrangeram bairros como Jardim das Margaridas, Cabula, Bonfim, Boca do Rio, entre outros. No interior do estado, promotores de Justiça atuaram em municípios como Alagoinhas, Amargosa, Feira de Santana, Ilhéus, entre outros, acompanhando a situação de escolas e unidades de saúde.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado) [Leia na íntegra](#)



STF mantém inconstitucionalidade de lei do DF que criava ensino domiciliar

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou por unanimidade que a lei do Distrito Federal que institui o ensino domiciliar (homeschooling) é inconstitucional. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1492951, encerrado em 28 de março de 2025.

O ministro Flávio Dino, relator do caso, destacou que apenas uma lei federal pode regulamentar essa modalidade de ensino, conforme decidido pelo próprio STF em setembro de 2018. Assim, legislações estaduais, municipais ou distritais que tratem do assunto invadem a competência exclusiva da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

O ensino domiciliar difere do modelo tradicional, pois permite que as famílias conduzam a educação de seus filhos em casa, sob fiscalização do Estado. No entanto, ainda não há legislação federal que regule essa prática no Brasil.

Fonte: Notícias STF [Leia na íntegra](#)

TCU aponta má gestão pelos municípios de vagas em creches e falta de planos de expansão



Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) revela que 35% dos municípios brasileiros com fila de espera por vagas em creches não utilizam critérios de priorização previstos em lei, comprometendo o atendimento a crianças em situação mais vulnerável.

Além disso, 18% desses municípios (440 de 2.445) não possuem plano de expansão para novas vagas, o que pode perpetuar o cenário de filas. O TCU alerta para riscos à equidade no acesso à educação infantil.

Fonte: g1.globo.com (texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

Censo 2024: matrículas em tempo integral passam de 18% para 23%



O Censo Escolar 2024 revelou avanços importantes no ensino público de tempo integral. As matrículas nessa modalidade passaram de 18,2% em 2022 para 22,9% em 2024, somando 965 mil estudantes. O número aproxima o país da meta de 25% estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para este ano.

Apesar do avanço no tempo integral, o total de matrículas na educação básica apresentou uma leve queda de 0,4% em relação a 2023, com a rede pública registrando redução superior a 380 mil alunos. A maioria dos municípios brasileiros (52,7%) possui até dez escolas, o que evidencia a necessidade de maior apoio aos entes federados, especialmente os municípios, para garantir infraestrutura e atendimento educacional adequado.

Na educação infantil, os dados mostram crescimento nas matrículas em creches, que somam agora 4,38 milhões de crianças. O atendimento escolar para crianças de até 3 anos chegou a 38,7%. Já a pré-escola, voltada a crianças de 4 e 5 anos, registrou estagnação, com 5,30 milhões de matrículas, praticamente o mesmo número do ano anterior, frustrando a expectativa de retomada do crescimento após a pandemia.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/> (texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

Ações de suporte jurídico e pedagógico

Meses de Março e Abril – 21 reuniões orientativas



Reunião para suporte pedagógico da UNEB para os municípios Valente, Candeal e Ichú – Educação Inclusiva



Reunião com Reunião da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão da UNEB com os coordenadores do projeto Educação Inclusiva nos municípios de Guanambi, Riachão de Jacuípe, Pé de Serra, São Domingos e Ibirataia.



Reunião com PJ de Riachão de Jacuípe – Educação Inclusiva



Reunião com PJ de Riacho de Santana – Educação Inclusiva



Reunião com PJ Prado – Violência na escola



DECRETO Nº 12.391 DE 2025

Institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. Construído de forma cooperativa entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, o pacto tem a finalidade de assegurar padrões adequados de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes da educação básica. [Leia na íntegra](#)

DECRETO Nº 12.410 DE 2025

Regulamenta o Programa Diversidade na Universidade, de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, e institui a Rede Nacional de Cursinhos Populares.

[Leia na íntegra](#)

Expediente

Procurador Geral de Justiça
Pedro Maia Souza Marques

CEDUC
Coordenador
Adriano Freire de Carvalho Matos
Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabete Alves Silva Ferreira
Iracema dos Santos Lemos
José Sergio Gomes da Silva
Luiz Gustavo Valente Veiga
Patrícia Souza Gomes Alves de Oliveira
Tatiane de Jesus Melo

Organização e Produção do Boletim
Elizabete Alves Silva Ferreira

✉ Ceduc@mpba.mp.br
☎ 3103-0385
☎ 3103-0387
☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

